



Um Brasil melhor

A better Brazil

Jeffrey Lesser

Professor do Departamento de História/Emory University.
221 Bowden Hall
561 South Kilgo Circle
30322 – Atlanta – GA – EUA
jlesser@emory.edu

Recebido para publicação em dezembro de 2012.

Aprovado para publicação em agosto de 2013.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702014005000010>

LESSER, Jeffrey. Um Brasil melhor. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/hcsm>.

Resumo

Muitos países no continente americano se autodenominam “nações de imigrantes”. Nos EUA, o mito da “terra prometida” sugere que estrangeiros prosperam ao chegar ali porque a nação é intrinsecamente extraordinária. No Brasil, contudo, a relação entre imigração e identidade nacional é outra. Intelectuais, políticos, além de líderes culturais e econômicos viam (e veem) os imigrantes como agentes de melhoria de uma nação imperfeita marcada por anos de colonialismo português e escravidão africana. Como resultado, os imigrantes muitas vezes eram considerados salvadores por trazer mudanças e melhorias para o Brasil, e não por ter melhorado graças ao Brasil. Essas “melhorias” ocorreram com a absorção, a miscigenação e o uso de categorias raciais e étnicas cada vez mais flexíveis.

Palavras-chave: identidade nacional; imigrantes; etnicidade; transnacional; diáspora.

Abstract

Many countries in the Americas describe themselves as “nations of immigrants.” In the United States, the myth of the “promised land” suggests that foreigners better themselves upon arrival because the nation is intrinsically great. In Brazil, however, the relationship between immigration and national identity is different. Many intellectuals, politicians, and cultural and economic leaders saw (and see) immigrants as improving an imperfect nation that has been tainted by the history of Portuguese colonialism and African slavery. As a result, immigrants were often hailed as saviors because they modified and improved Brazil, not because they were improved by Brazil. This “improvement” took place through absorption, mixture and with the use of increasingly flexible racial and ethnic categories.

Keywords: national identity; immigrants; ethnicity; transnational; diaspora.

Diversos países no continente americano, do Canadá até a Argentina, se autodenominam “nações de imigrantes”. Nos EUA, o mito da “terra prometida” sugere que estrangeiros prosperam ao chegar ali porque a nação é intrinsecamente extraordinária. No Brasil, contudo, a relação entre imigração e identidade nacional é outra. Muitos intelectuais, políticos, além de líderes culturais e econômicos viam (e veem) os imigrantes como agentes de melhoria de uma nação imperfeita marcada por anos de colonialismo português e escravidão africana. Como resultado, os imigrantes muitas vezes eram considerados salvadores por trazer mudanças e melhorias para o Brasil, e não por ter melhorado graças ao Brasil. Essas “melhorias”, contudo, ocorreram com a absorção, a miscigenação e o uso de categorias raciais e étnicas cada vez mais flexíveis.

O uso dos termos imigração e imigrantes como sinônimos de um “Brasil melhor” pode remontar às décadas da entrada de imigrantes em massa, fenômeno que teve início no século XIX. Notamos que, mesmo quando essa entrada diminuiu, a ideia de imigração permaneceu relevante. Isso nos ajuda a compreender por que, em meados da década de 1940, quando registrou-se a menor entrada estrangeira no país em um século, devido ao fechamento das rotas marítimas durante a Segunda Guerra Mundial, o doutor Cleto Seabra Veloso, do Departamento Nacional da Criança, fez uma reflexão sobre crianças recém-nascidas, afirmando que elas eram “nosso melhor imigrante. Não nos esqueçamos dessa profunda verdade e acumulemos tão precioso capital capaz de no futuro tornar o Brasil maior, mais forte e respeitado” (Veloso, dez. 1944, p.41). Trinta anos depois, uma nova supervia ligando a costa atlântica do Brasil à cidade de São Paulo foi chamada de rodovia dos Imigrantes. Os motoristas e seus passageiros se tornaram imigrantes metafóricos pois repetiam o trajeto dos milhões de europeus, asiáticos e pessoas oriundas do Oriente Médio que chegaram nos séculos XIX e XX. Em 1974, selos da série comemorativa dos imigrantes e da imigração foram menos simbólicos. O primeiro, intitulado “Correntes migratórias” (Figura 1), procura retratar a identidade brasileira como sinônimo dos imigrantes que constituíam a nação.

O mapa no plano de fundo, com linhas representando a movimentação humana da Europa, da Ásia e do Oriente Médio, e das Américas, coloca o Brasil no centro do mundo.

Compreender os imigrantes e a imigração de uma forma elástica constitui um desafio para aqueles que sugerem que a movimentação de indivíduos por escolha própria de uma nação para outra é o fator exclusivo que define o imigrante. Os brasileiros, por outro lado, costumam atribuir ao imigrante um *status* que é ancestral ou herdado e que pode permanecer até mesmo entre as pessoas nascidas no Brasil. Os descendentes de imigrantes raramente usam categorias hifenizadas (como nipo-brasileiro ou ítalo-brasileiro), pois preferem focar



Figura 1: “Correntes migratórias”, selo de 1974 comemorando a imigração para o Brasil

a pátria de seus antepassados e chamá-los (e ser chamados) de “japoneses” ou “italianos”. Uma propaganda da Rede de TV Bandeirantes que costumava ir ao ar em 1981, nos intervalos da novela *Os imigrantes*, abordava o mesmo tema de outra forma: “Portugueses, japoneses, espanhóis, italianos, árabes – não percam a novela mais brasileira da televisão” (Portugueses..., 1981, p.2).

Conforme sugerido nesses exemplos, os conceitos de imigrantes e imigração não se restringem aos estrangeiros que se instalaram aqui, pois englobam a crença de que os descendentes continuam a aperfeiçoar a identidade nacional. Portanto, a ideia da imigração ajudou as elites brasileiras a vislumbrar um futuro diferente e melhor do que o presente. Não é de surpreender que imigrantes e seus descendentes em geral concordassem com as elites. O mais impressionante é que indivíduos que não faziam parte das elites adotavam a mesma posição, mesmo quando não tinham contato direto com imigrantes ou seus descendentes. Os brasileiros costumam dizer que vivem no “país do futuro”. Eles estão sugerindo que a identidade nacional do país está se tornando melhor. A imigração foi um dos principais componentes dessa mudança, e, portanto, a experiência do movimento imigratório não terminou com a chegada física dos estrangeiros. Imigração dizia, e diz, respeito à criação de um Brasil futuro melhor.

É claro que a obsessão por um Brasil melhor tem relação estreita com questões de raça e negritude. Essas interseções levaram a uma obsessão nacional de longo prazo com a miscigenação, pois as elites do século XIX tentavam descobrir quem era branco, quem era negro, quem não se enquadrava em nenhum desses grupos, e quem pertencia aos dois grupos. Conforme sugerido por Leo Spitzer (1989, em especial o Capítulo 4), em sua obra brilhante e trágica *Lives in between: assimilation and marginality in Austria, Brazil and West Africa, 1780-1945*, categorias raciais coexistentes definidas e indistintas dominavam as vidas psicológicas e políticas da família Rebouças, para citar apenas um exemplo. Na cultura popular brasileira contemporânea, as referências à miscigenação são frequentes, embora inconsistentes na mensagem. Quando, no *hit* de 1994 “Lavagem cerebral”, o *rapper* Gabriel, o Pensador, lamentava “Aliás branco no Brasil é difícil, porque no Brasil somos todos mestiços”, ele simultaneamente criticava o racismo e afirmava que aqui não existe uma raça. Dois anos depois, o grupo de *rock* Os Paralamas do Sucesso adotou abordagem diferente, alegando que a população brasileira era uma mistura de identidades separadas, perceptíveis no *hit* de 1996 “Lourinha Bombril”:

Essa crioula tem o olho azul
Essa lourinha tem cabelo Bombril
Aquela índia tem sotaque do Sul
Essa mulata é da cor do Brasil
A cozinheira tá falando alemão
A princesinha tá falando no pé
A italiana cozinhando o feijão
A americana se encantou com Pelé.

Basta caminhar por qualquer rua no Brasil, seja em uma grande metrópole ou em uma pequena cidade, para compreender essas visões mais intelectualizadas da relação entre imigração, raça e identidade nacional. Um salgado comum em bares brasileiros é o quibe,

embora a maioria dos consumidores não seja descendente de centenas de milhares de imigrantes do Oriente Médio que chegaram nos séculos XIX e XX. Durante décadas, jovens brasileiros da classe média ficaram obcecados com o mangá (uma revista em quadrinhos japonesa), e os típicos rodízios “brasileiros” costumam incluir *sushi* e *sashimi*. A maioria dos consumidores não é descendente de japoneses, mas mora no país com a maior população mundial de imigrantes e nipo-descendentes. A Brastemp, uma das maiores empresas brasileiras fabricantes de eletrodomésticos, promove seus produtos com *slogans* como “Um árabe casado com uma japonesa – o que poderia ser mais brasileiro.” Alguns grupos de judeus ortodoxos incentivam a participação em eventos ritualísticos servindo comida japonesa. Na maior cidade do Brasil, São Paulo, segundo um ditado popular, um típico paulistano é “um japonês que fala português com sotaque italiano e come esfirra”.

Criando um Brasil globalizado

Conforme o Brasil passava de colônia de Portugal (1500-1822) a império independente (1822-1889) e, depois, a república (de 1889 até hoje), diversos processos levaram à criação de uma sociedade pluralística com uma hierarquia racial na qual a brancura estava no topo e a negritude no mais baixo escalão. O Brasil se tornara uma nação multicultural, pois seus cidadãos acreditavam que eles próprios e seu país se tornaram mais brancos. Termos como branco, negro, europeu, indiano e asiático (entre outros) não eram fixos. Como diferentes pessoas e grupos entravam e saíam dessas categorias mutantes, a identidade nacional brasileira muitas vezes era simultaneamente rígida (o fato de ser branco era constantemente visto como um prêmio) e flexível (considerar alguém branco era uma questão maleável).

Quando o Brasil declarou sua independência de Portugal, em 1822, a imigração e a identidade nacional adquiriram novos significados. Esperava-se que os estrangeiros se tornassem cidadãos que criariam um novo país mais forte em tudo, política ou culturalmente falando. Mas atitudes antigas perduraram, especialmente na fusão de nacionalidade e biologia, e na certeza de que havia uma hierarquia de raças em que os europeus brancos estavam no topo.

O vínculo entre sangue e nação talvez date do século XVI, época da Inquisição, que buscava confirmar o mito da pureza do sangue de católicos. No século XIX, as hierarquias humanas faziam parte da cultura mais ampla da elite euro-americana, e diferentes instituições ajudaram a naturalizar e formalizar diferenças raciais. Nos EUA, a segregação separou oficialmente “brancos” e “negros”, e a miscigenação era temida. Na Argentina, afrodescendentes passaram a ficar socialmente invisíveis, pois os argentinos que constituíam a elite e a classe média insistiam que o país era “branco” e “europeu”, e não multicultural (Andrews, 1980).

Muitos brasileiros sentiam, e ainda sentem, algum grau de ansiedade em relação a questões de raça. Com isso, ao pisarem em terra firme, os imigrantes logo perceberam que exerciam uma certa influência através de sua própria posição na hierarquia racial (e, conseqüentemente, social e econômica). Essa ansiedade levou muitas elites do século XIX a adotar uma nova filosofia política e cultural sobre raça. Em sua proposta de “branqueamento”, elas imaginavam que a população poderia se transformar fisicamente de negros em brancos através de uma combinação de casamentos inter-raciais e políticas de imigração. O “sangue” de brancos,

“forte”, dominaria o dos não brancos, “fraco”, e a legislação impediria a entrada de raças “fracas”. Imigrantes (e outras pessoas) costumavam aceitar e usar essas categorias. Tornar-se “branco” era algo importante, tanto para recém-chegados quanto para muitos cidadãos.

O branqueamento foi crucial para a formulação da política de imigração moderna no Brasil. Quase dois milhões de imigrantes europeus ingressaram no Brasil entre 1820 e 1920, embora muitos tenham deixado o país também. Os recém-chegados não foram distribuídos uniformemente na nação. Na verdade, os imigrantes foram atraídos principalmente para o Centro-oeste e o Sul do Brasil. Essa concentração populacional resultou de uma profunda mudança na economia brasileira, que foi mais forte nos ciclos da cana-de-açúcar e do ouro na região Norte, no início do período colonial. Houve um fluxo para a região central do país com a descoberta de diamantes no período colonial. A maioria dos imigrantes chegou em meados do século XIX com o crescimento da economia cafeeira na região Sul.

Os recém-chegados europeus já tinham uma posição superior em relação aos ex-escravos que, ao longo de gerações, haviam sido privados da educação formal e cujo trabalho não era remunerado. A alta racialização das esferas sociais e econômicas do Brasil foi reforçada diante de estatísticas não confiáveis, que foram um marco dos estados “científicos” do século XIX. Os números mostravam maiores índices de analfabetismo, desnutrição e criminalidade entre os afro-brasileiros em relação à população como um todo (Dean, 1976, p.173-174). Esse tipo de estatística contribuiu para legisladores alegarem serem os brancos “melhores” do que os negros.

Muitas das ideias do final do século XIX e início do XX sobre raça no Brasil derivaram da pseudociência europeia do passado sobre diferenças entre raça e espécie humana. A escala craniométrica do médico alemão Johann Friedrich Blumenbach, de 1776, criou um contínuo de excelência racial com brancos europeus no topo, asiáticos (a quem ele chamava de mongoloides) no meio, e negros africanos na parte inferior (Blumenbach, 1969, p.273). Um século depois, muitas elites brasileiras ficaram entretidas com as ideias de Jean-Baptiste Lamarck, um naturalista francês que defendia a teoria de que traços e cultura eram adquiridos em função do ambiente e das condições climáticas locais aos quais o indivíduo era exposto. Ele propunha que era biologicamente possível existir uma única “raça nacional”, e isso forneceria a base científica para a criação de políticas brasileiras de imigração em que a miscigenação não gera inevitavelmente “degenerados”, mas pode forjar uma população miscigenada saudável que cresce cada vez mais branca, cultural e fisicamente (Stepan, 1991; Skidmore, 1993; Schwartzman, 2001). Intelectuais e políticos costumavam se ver como químicos sociais usando o Brasil como um “laboratório racial” para obter a branquidão. A metáfora da química nos faz lembrar que as elites viam a população como uma base à qual “reagentes” humanos poderiam ser adicionados ou subtraídos. Em outras palavras, legisladores usavam a eugenia para criar uma correlação entre a entrada de imigrantes e a mudança racial. Um livro muito influente do século XIX sobre colonização, originalmente escrito como um relatório formal ao ministro da Agricultura do Brasil, é um ótimo exemplo. Na obra *Teses sobre colonização do Brasil: projeto de solução às questões sociais que se prendem a este difícil problema*, João Cardoso de Menezes e Souza (1875, p.403-426) propunha ser o Brasil um “embrião” nacional singular (p.403) que precisava ser rejuvenescido para extinguir a herança africana do país. Imigrantes eram a “semente” de onde germinaria a “poderosa força de homogeneidade e coesão para agregar e assimilar” a população como um todo (p.426).

Visões do outro

Houve um fluxo de mais de cinco milhões de imigrantes para o Brasil entre 1872 e 1972, embora muitos tenham deixado o país também. Mas, apesar da política do branqueamento e da chegada de inúmeros europeus, os grupos que aqui chegaram e foram categorizados como “outros” por órgãos oficiais também eram numerosos. Quem era representado nessa categoria? Os japoneses constituíram o maior grupo e, portanto, a reivindicação contemporânea de mais de um milhão de brasileiros descendentes de japoneses parece razoável. Muitos outros descendiam de pessoas do Oriente Médio e suas classificações nacionais variavam – eram chamados de turcos, sírios ou libaneses. A afirmação de que milhões de etnias árabes vivem hoje no Brasil é contestada por estudiosos respeitados. Pessoas oriundas do Leste Europeu, que apenas recentemente passaram a ser consideradas brancas, também constituíram uma parte significativa das correntes migratórias para o Brasil. Houve períodos em que quase 20% de todos os judeus que deixavam a Europa se dirigiam ao Brasil. Como a charge de 1944 de Belmonte sugere (Figura 2), o multiculturalismo étnico no Brasil estava relacionado a negritude, brancura, não brancura e, aparentemente, rosto barbado masculino.

A atenção voltada para a categoria “outros”, que vemos representada, mudou a versão da história usualmente contada a respeito do Brasil, que enaltecia os imigrantes católicos vindos da Itália, de Portugal e da Espanha. Centenas de milhares de não europeus entraram no país e receberam atenção desproporcional da imprensa, de legisladores e de intelectuais. Em vários níveis (medido em termos de renda, formação ou habitação), podemos dizer que o sucesso deles foi superior ao de portugueses, espanhóis e italianos. Mesmo assim, é um engano pensar que a entrada de numerosos imigrantes não europeus sugira que o conceito de branqueamento tenha perdido a força. O que significava ser “branco” sofreu alterações ao longo do século XX. O deputado federal Acyline de Leão conseguiu resumir bem isso em 1935, quando a Câmara dos Deputados brasileira votou para oferecer subsídios aos imigrantes japoneses, e não aos portugueses. Em seu discurso, ele afirmou que os colonos japoneses eram “até mais brancos que os portugueses” (Brasil, 1935, p.432).

Essas ideias continuam a ressoar e têm profundo impacto sobre a construção da identidade nacional. Isso ficou claro para mim quando conduzi um pequeno projeto de pesquisa, em 1998, focado em políticos brasileiros com ascendência asiática. Os sujeitos representavam uma variedade de visões políticas e filiações partidárias, mas cada um considerava sua etnicidade como essencial ao seu sucesso como brasileiros. Luiz Gushiken, na época coordenador nacional da campanha presidencial do Partido dos Trabalhadores e, posteriormente, ministro das Comunicações no Brasil, me explicou que seu parentesco com pessoas oriundas de Okinawa e sua linha esquerdista significavam que eleitores nipo-brasileiros raramente o apoiariam. Mesmo assim, ele destacou que sua japonice o ajudou a se autopromover politicamente pois, como ele mesmo explicou, “todo mundo sabe que os políticos brasileiros são corruptos e preguiçosos – mas como um japonês, eles sabem que sou o melhor político brasileiro possível” (Gushiken, 1998). William Woo (1998), político que atuou na administração pública de São Paulo, me disse a mesma coisa de forma bem diferente: “Minha mãe é japonesa, meu pai é taiwanês, e minha esposa é coreana – Sou o melhor brasileiro de todos”.

CHARGES DA SEMANA: — Trabalhos de BELMONTE publicados na "Folha da Noite" durante a semana finda DIZE-ME EM QUE RUA ANDAS E EU TE DIREI QUEM ÉS...

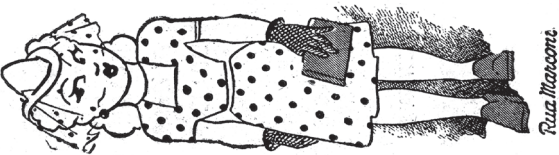
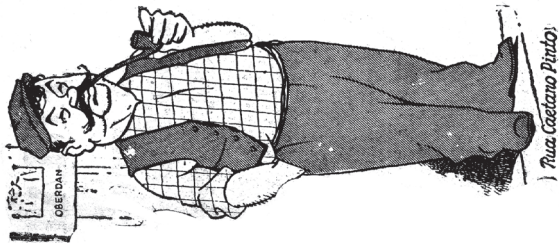
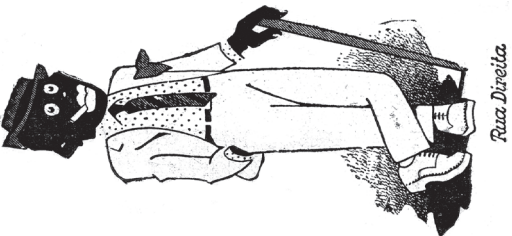
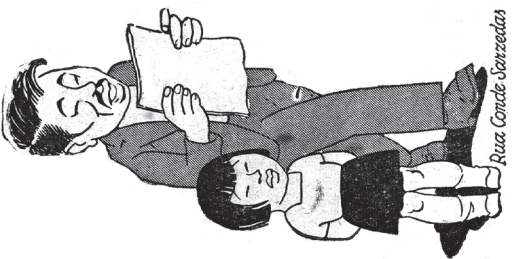
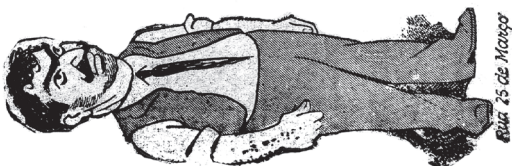


Figura 2: O quadrinho dizia: "Dize-me em que rua andas e eu direi quem és..." (Charges..., 15 out. 1944, p.15)

O fato de certos grupos – entre os quais os de maior visibilidade são os japoneses, os árabes e os judeus – serem mais brancos do que diversos grupos de cristãos europeus tem implicações significativas na compreensão do Brasil. Dois exemplos breves, e muito distintos, sugerem como essa branquidão foi negociada como parte da formação da identidade nacional brasileira. Apesar de a historiografia talvez sugerir que meus exemplos não são genuinamente “brasileiros” por envolver nisseis, proponho justamente o oposto e não uso o local de origem de avôs ou avós para definir quem é “de fato” brasileiro.

O Japão vence a Segunda Guerra Mundial

Assim como a maioria dos historiadores, costumo usar importantes acontecimentos políticos como marcadores temporais, mas, às vezes, a realidade não segue a cronologia. A história que será contada a seguir começou em 1942 e acabou em meados da década de 1950. Ela envolveu a Segunda Guerra Mundial, contudo, de maneira bem distinta daquela que os leitores possam imaginar.

Na década de 1940, alguns imigrantes e seus descendentes brasileiros começaram a combater a campanha de brasilidade nacionalista do regime, reforçando sua identidade japonizada através do militarismo e da devoção ao imperador. Começaram a espalhar rumores de supostos bebês que nasciam crescidos, falando japonês e prevendo que o Japão venceria a guerra (Handa, 1987). Mas os supostos bebês monstros (não encontrei evidência histórica tradicional de sua existência) não são nada comparados às sociedades secretas brasileiras que surgiram no final da Segunda Guerra Mundial. Esses grupos vieram ao conhecimento público pela primeira vez em 1942, quando eles destruíram fazendas de bicho-da-seda de propriedade de imigrantes japoneses por acreditar que a seda era vendida ao exército norte-americano para confecção de paraquedas (Lesser, 2013, p.169). Entretanto, o que disparou uma ampla expansão de sociedades secretas foi a decisão do presidente Vargas, em julho de 1944, de enviar 25 mil tropas para a Itália como parte das Forças Aliadas. A chegada da Força Expedicionária Brasileira na Europa despertou um profundo sentimento nacionalista, xenófobo e contrário ao Eixo. O Brasil declarou guerra contra o Japão em maio de 1945, de forma que o exército norte-americano pudesse continuar usando bases no Nordeste para reabastecer os aviões das Forças Aliadas que estavam a caminho da África. Como a Itália e a Alemanha se renderam, os imigrantes japoneses e seus filhos repentinamente passaram a ser os últimos “alienígenas inimigos” no Brasil.

A maior sociedade secreta foi a Shindo Renmei (Liga do Caminho dos Súditos do Imperador), que adquiriu enorme importância após o fim da Segunda Guerra Mundial e com a queda do Estado Novo de Vargas, em 1945. Os líderes da Shindo Renmei eram oficiais aposentados do Exército japonês cujas metas eram manter um espaço japonizado permanente no Brasil através da preservação do idioma, da cultura e da religião, e também revitalizar escolas japonesas. A Shindo Renmei postulava que o Japão havia vencido a Segunda Guerra Mundial e, em dezembro de 1945, o grupo já contava com cinquenta mil membros.¹ Esse grupo não é tão exótico quanto afirmam alguns autores que abordaram o assunto. Na verdade, colocando a Shindo Renmei em um contexto mais amplo de movimentos milenários como o dos Muckers (1873-1874) e de Canudos (1896-1897), nota-se

que existe uma continuidade de formas em que a opinião pública brasileira, especialmente em zonas rurais, reagiu à repressão do Estado.

Um dos principais fatores que levaram ao crescimento da Shindo Renmei foi o monopólio que ela detinha sobre as informações já que a imprensa estrangeira havia sido banida no Brasil. Nas circulares e jornais secretos, o grupo mesclava fatos reais e ficção. As reportagens da derrota do Japão na imprensa brasileira eram descritas como propaganda norte-americana. As fotos do presidente Truman fazendo reverência ao imperador Hirohito circularam junto com as reportagens de tropas japonesas aterrissando em São Francisco e marchando rumo a Nova York. Apenas uma semana após o imperador Hirohito pronunciar sua mensagem real de rendição via rádio de ondas curtas, em 15 de agosto de 1945, a Shindo Renmei divulgou sua própria versão do evento em que “Os japoneses empregaram pela primeira vez sua arma secreta, a ‘bomba de alta frequência’. Uma bomba sozinha matou mais de cem mil soldados norte-americanos em Okinawa. [Isso levou à] rendição incondicional das Forças Aliadas (e) à chegada de forças expedicionárias japonesas na Sibéria e nos Estados Unidos” (Shindo Renmei, 29 abr. 1947, p.1).

E junto com a propaganda vieram os assassinatos, no início de março de 1946. Nessa época, os imigrantes japoneses se dividiram em dois campos: os *kachigumi* (vitoristas) e os *makegumi* (derrotistas) que se autodenominavam “esclarecidos” em português. A Shindo Renmei condenava os “derrotistas”. Jovens fanáticos foram recrutados para matar aqueles que falavam em derrota japonesa (Figura 3). Ocorreram sequestros, em nome da promessa de nunca se falar sobre a derrota do Japão.



Figura 3: Membros de um Grupo de Assassinos da Shindo Renmei (Breve relatório..., 12 out. 1946)

Entre março e setembro de 1946, 16 nipo-brasileiros foram assassinados por insistir que o Japão havia perdido a Segunda Guerra Mundial. Centenas de outros receberam ameaças de morte. Casas e plantações de diversos fazendeiros que cultivavam seda, algodão e menta foram destruídas. As autoridades brasileiras ficaram atônitas com o desenrolar da situação, especialmente quando um *kachigumi* capturado disse à polícia que “o Japão não perdeu a guerra. Enquanto existir um japonês sobre a Terra, mesmo que seja o último deles, o Japão nunca se renderá” (Handa, 1987, p.673). O governo japonês do pós-guerra enviou documentos ao Brasil comprovando a vitória das Forças Aliadas, mas os *kachigumi* alegaram que esses documentos eram falsos (As atividades..., 1946).

A polícia deu uma batida na sede da Shindo Renmei no início de 1946. Lá eles encontraram vasto material de propaganda e uma lista de 130 mil membros. Quatrocentos líderes foram presos, e oitenta foram encaminhados para deportação para o Japão. Depois, aconteceu algo surpreendente. O representante do governo brasileiro José Carlos de Macedo Soares (ex-ministro das Relações Exteriores) convidou policiais, oficiais do Exército e membros de sociedades secretas, incluídos os que estavam presos, para uma reunião no palácio do governo em São Paulo.

Cerca de seiscentas pessoas se reuniram naquela noite, na maioria membros da Shindo Renmei. Macedo Soares implorava que cessasse a violência. Ele chamou os imigrantes japoneses e seus filhos brasileiros de “tesouro” e “a parte mais importante da população brasileira” (Americano, 1963, p.186-187). Conforme noticiário de 20 de julho de 1946 do *Correio Paulistano*, *Diário de São Paulo*, *A Gazeta* e *Jornal de São Paulo*, a reunião terminou com Sachiko Omasa, líder da Shindo Renmei, pontificando a Macedo Soares, para o deleite de seus colegas: “nós, japoneses, não acreditamos ... na derrota do Japão. Se Vossa Excelência deseja cessar os conflitos e os atos terroristas, comece a espalhar sobre a vitória do Japão e ordene que parem com toda a propaganda falsa sobre a derrota” (Lesser, 2013, p.172).²

Macedo Soares fez exatamente o que Omasa queria. Ele proibiu a imprensa brasileira de publicar notícias sobre a derrota do Japão e ordenou que retirassem o termo “rendição incondicional” de todas as comunicações oficiais. O Supremo Tribunal decidiu que os indivíduos condenados por assassinato não poderiam ser deportados. Mesmo assim, as sociedades secretas só acabaram em 1950. Foi então que o campeão olímpico de natação japonês Masanori Yusa chegou ao Brasil com sua equipe, a Flying Fish. Seis mil pessoas lotaram o Aeroporto de Congonhas em São Paulo para receber os atletas. O campeonato de abertura no estádio do Pacaembu foi um sucesso de bilheteria. A Banda da Polícia Militar Estadual tocou nesse evento, que contou com a presença do governador. Durante uma entrevista, os jovens membros da Flying Fish se mostraram chocados ao saber da veiculação da ideia de que o Japão havia vencido a Segunda Guerra Mundial. Como consequência disso, houve uma campanha com o pôster de *kachigumi* afirmando que os nadadores eram coreanos disfarçados de japoneses (Noticiário, 21 mar. 1950). Os imigrantes japoneses e seus descendentes ficaram ofendidos. Quando o governo brasileiro indiciou dois mil membros da Shindo Renmei, a comunidade nipo-brasileira respirou aliviada. A Segunda Guerra Mundial finalmente tinha chegado ao fim no Brasil em 1950.

Os jovens coreanos disfarçados de japoneses (se aceitarmos a versão Shindo Renmei da história) são apenas um exemplo de como a identidade nacional brasileira passou a incluir

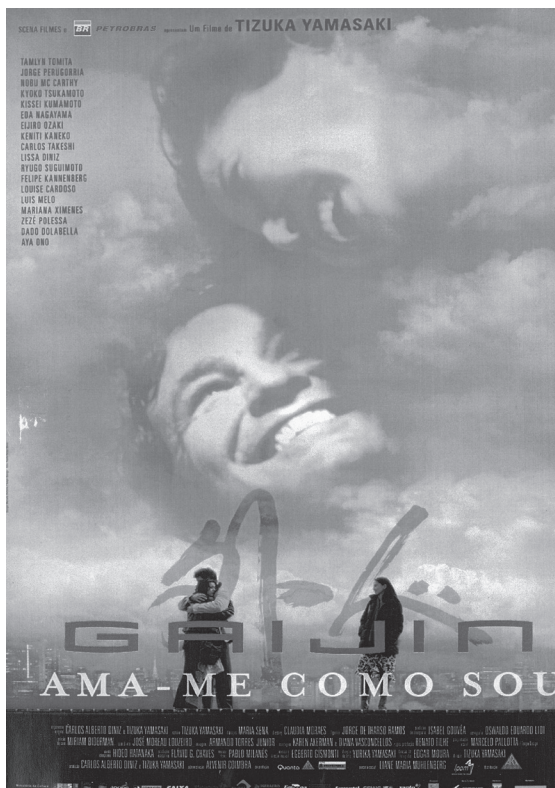


Figura 4: Pôsteres promovendo os filmes *Gaijin* e *Gaijin 2*

trocas étnicas. Outro exemplo surgiu cinquenta anos depois, quando um historiador em torno de 40 anos de idade ouviu falar que Tizuka Yamasaki, uma das personalidades mais renomadas no cinema brasileiro, diretora do filme *Gaijin: caminhos da liberdade*, finalista no Festival de Filmes de Cannes em 1980, estava convocando jovens atores e atrizes nipo-brasileiros para compor o elenco do filme *Gaijin 2: ama-me como sou*, que abordava a migração de brasileiros para o Japão, iniciada na década de 1980 (Figuras 4 e 5).

O historiador tinha ascendência europeia e nasceu nos EUA (Figura 6). Lá ele costumava ser designado como “branco” e “careca”. Mesmo assim, o estudioso decidiu verificar se ele “passaria” por um nipo-brasileiro entre 15 e 25 de idade para testar a flexibilidade de categorias culturais de estrangeiro.

Certa manhã de domingo, o historiador acordou decidido a entrar em uma longa fila de jovens entre 15 e 25 anos de idade. Não demorou muito para que alguns dos outros na fila começassem a indagar sobre sua origem étnica. A princípio, ele insistiu que se enquadrava nos perfis étnicos e de faixa etária, mas, finalmente admitiu que não era nipo-brasileiro, nem tinha entre 15 e 25 anos de idade. Imediatamente, o rapaz que estava na frente do historiador demonstrou estar aliviado. Ele disse “sou chinês” e, em seguida, mostrou ao historiador suas credenciais “japonesas” cuidadosamente forjadas. Uma mulher ouviu a conversa e sorriu. Ela era descendente de coreanos e também havia inventado um nome japonês para passar no teste.

Considerações finais

Os discursos sobre a identidade nacional brasileira ganham particular visibilidade quando examinamos as etnicidades que surgiram com a chegada de imigrantes. A imigração vista como o primeiro passo na criação de brasileiros “melhores”, isso permitirá um distanciamento dos paradigmas de raça e nação estritos, e muitas vezes repetidos, de negro/branco ou de índio/branco que dominam

estudos sobre a América Latina e, em especial, sobre o Brasil. Expandindo as categorias, torna-se mais fácil compreender como o gentílico “japonês” passou a ser sinônimo de “um Brasil melhor” na tão veiculada propaganda da Semp Toshiba que dizia “os nossos japoneses são mais criativos que os japoneses dos outros”. Ao mesmo tempo, pensar em categorias tão flexíveis nos ajuda a compreender por que um “brasileiro” pode ser considerado uma pessoa que precisa melhorar através do contato com pessoas estrangeiras. Tais ideias não se restringem a indivíduos – o filme recente *Faroeste caboclo* (2013) tem um subenredo que sugere que o plantio de maconha estrangeira no Brasil cria um brasileiro melhor (chapado).

Os leitores podem estar se perguntando se os exemplos anteriores são mais do que simbólicos. A meu ver, a resposta é um sim retumbante. No período pós-guerra, casar-se com um nipo-brasileiro, com um judeu-brasileiro ou com um árabe-brasileiro era visto como uma ascensão por motivos culturais, e não exclusivamente questões de classe. O Estado brasileiro se promove por meio de imagens de determinados grupos étnicos (e nunca outros) e um banco conhecido tem feito propaganda de si mesmo nos últimos 25 anos com uma imagem em *close-up* de um nissei e a legenda “Precisamos de mais brasileiros como este japonês”. Essa é apenas a formulação mais recente do enorme paradoxo brasileiro – as políticas construídas para recriar o Brasil como “branco” na verdade criaram uma sociedade multicultural.

Greil Marcus (1989, p.4) comentou em sua história maravilhosa do *punk rock* que aquela história é o resultado “de momentos que parecem não deixar nada para trás, nada a não ser as conexões espectrais de pessoas separadas há muito tempo pela distância geográfica e temporal, mas que de alguma forma falam o mesmo idioma”. O Japão venceu a Segunda Guerra Mundial? Se os japoneses podem ser brancos, será que os brancos (pelo menos se não forem historiadores!) podem ser japoneses? O Brasil permanece uma nação em que a etnicidade imigrante-descendente continua a criar o país do futuro.



Figura 5: Tamlyn Tomita, estrela de *Gaijin 2*

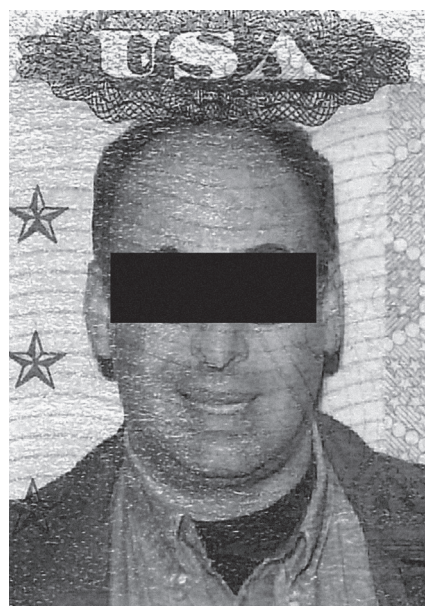


Figura 6: O historiador

NOTAS

¹ Veja a tradução dos objetivos e estatutos da Shindo Renmei em relatório de João André Dias Paredes ao major Antonio Pereira Lira (Paraná, 30 abr. 1949).

² Nessa e nas demais citações de texto em inglês, a tradução é livre.

REFERÊNCIAS

AS ATIVIDADES....

As atividades das sociedades secretas japonesas e a ação repressiva da polícia de São Paulo, publicadas pela imprensa. *Arquivos da Polícia Civil de São Paulo*, São Paulo, v.12, n.2, p.523-530. 1946.

AMERICANO, Jorge.

Shindo Renmei (1946). In: Americano, Jorge. *São Paulo atual, 1935-1962*. São Paulo: Melhoramentos. p.186-187. 1963.

ANDREWS, George Reid.

The Afro-Argentines of Buenos Aires, 1800-1900. Wisconsin: The University of Wisconsin Press. 1980.

BLUMENBACH, Johann Friedrich.

On the natural varieties of mankind: De generis humani varietate nativa. New York: Bergman Publishers. 1.ed. 1776. 1969.

BRASIL.

Discurso de Acyline de Leão em 18 de setembro de 1935. *Anais da Câmara dos Deputados: sessões de 16 a 24 de setembro de 1935*. v.17. Rio de Janeiro: A Noite. p.432. 1935.

BREVE RELATÓRIO...

Breve relatório sobre a “Shindo-Renmei” e a atuação da Polícia de São Paulo, particularmente elaborado segundo o meu modo de ver os trabalhos dessas duas entidades. Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, Departamento de Ordem Política e Social, n.108981–Ordem Política/Shindo Remmey, v.2. (Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo). 12 out. 1946.

CHARGES....

Charges da semana. *Folha da Manhã*, São Paulo, p.15. 15 out. 1944.

DEAN, Warren.

Rio Claro: a Brazilian plantation system, 1820-1920. Stanford: Stanford University Press. 1976.

GUSHIKEN, Luiz.

[Entrevista]. Entrevistadores: Jeffrey Lesser, Michael Molasky. São Paulo. 1 fita cassete. 60min. 1998.

HANDA, Tomoo.

O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz. 1987.

LESSER, Jeffrey.

Immigration, ethnicity and national identity in Brazil. New York: Cambridge University Press. 2013.

MARCUS, Greil.

Lipstick traces: a secret history of the twentieth century. Cambridge: Harvard University Press. 1989.

NOTICIÁRIO.

Noticiário. *Folha da Noite*, [São Paulo]. p.1. 21 mar. 1950.

PARANÁ.

Relatório de João André Dias Paredes para major Antonio Pereira Lira, Secretaria de Estado de Segurança Pública, Departamento da Polícia Civil, Divisão de Segurança e Informações. N. 1971, Sociedade Terrorista Japonesa. (Arquivo Público Paraná, Curitiba). 30 abr. 1949.

PORTUGUESES...

Portugueses, japoneses, espanhóis, italianos, árabes: não percam a novela mais brasileira da televisão. *Jornal do Imigrante*, São Paulo, v.4, n.422, p.2. 1981.

SCHWARTZMAN, Simon.

Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia. 2001.

SHINDO RENMEI.

[Comunicado do Shindo Renmei]. *Paulista Shinbun*, São Paulo, p.1. 29 abr. 1947.

SKIDMORE, Thomas E.

Black into white: race and nationality in Brazilian thought. Durham: Duke University Press. 1993.

SOUZA, João Cardoso de Menezes e.

Teses sobre colonização do Brasil: projeto de solução às questões sociais que se prendem a este difícil problema. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. 1875.

SPITZER, Leo.

Lives in between: assimilation and marginality in Austria, Brazil and West Africa, 1780-1945. Cambridge: Cambridge University Press. 1989.

STEPAN, Nancy Leys.

The hour of eugenics: race, gender and nation in Latin America. Ithaca: Cornell University Press. 1991.

Jeffrey Lesser

VELOSO, Cleto Seabra.
Construindo gerações. *Boletim Trimensal do
Departamento Nacional da Criança*, Rio de Janeiro,
v.4, n.19, p.41. dez. 1944.

WOO, William.
[Entrevista]. Entrevistadores: Jeffrey Lesser;
Michael Molasky. São Paulo. 1 fita cassete.
60min. 1998.

